

CONQUISTA E RESISTÊNCIA INDÍGENA EM RORAIMA. A FAZENDA NACIONAL SÃO MARCOS E OS CONFLITOS NO VALE DO RIO BRANCO

CONQUEST AND INDIGENOUS RESISTANCE IN RORAIMA. THE SÃO MARCOS NATIONAL FARM AND THE CONFLICTS IN THE RIO BRANCO VALLEY



Carlo Romani

 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9902-0401>

 E-mail: carlo.romani@unirio.br

Gabriel Passetti

 Universidade Federal Fluminense

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8311-5396>

 E-mail: gabrielpassetti@id.uff.br

Resumo: Este artigo trata da ocupação histórica do vale do Rio Branco, atual Estado de Roraima, no decorrer do século XIX até os inícios do XX. São colocados em contraposição os agentes da conquista, desde o final do período colonial até o início da República, em confronto com as populações indígenas que dominavam o território, e a resistência contra a ocupação do grupo Macuxi. As fontes oficiais dos governos são contrastadas com as dos relatos dos exploradores em viagem ao Rio Branco, permitindo uma análise sob diferentes perspectivas.

Palavras-chaves: Fazendas nacionais, Roraima, conquista

Abstract: This article focuses on the historical occupation of the Rio Branco Valley, in what is now the state of Roraima (Brazil), from the 19th century through the early 20th century. It contrasts the agents of conquest, since the end of the colonial period to the early Republic, with the Indigenous populations who dominated the territory, and the Macuxi people's resistance to occupation. Official government sources are compared with travel accounts of explorers traveling through the Rio Branco region, enabling a critical analysis from multiple perspectives.

Keywords: National Farms, Roraima, Conquest

Introdução

A Amazônia ocupa, nos imaginários brasileiro, sul-americano e mundial um lugar especial. Aquele já foi o local das muitas potencialidades – primeiro como *El Dorado*, depois com a economia da borracha, por fim como “o pulmão do mundo” – e também de muitos perigos – com as amazonas, a malária e as muitas ilegalidades. Aquela imensa região não

está apenas no Brasil: seus territórios e populações foram divididos por uma série de Estados no século XIX. Há a Amazônia *brasileira*, mas também a *peruana*, a *colombiana*, a *venezuelana*, a *guianense*, etc. No caso brasileiro, a imagem clássica da floresta e de seus povos reforça a ideia das potencialidades e perigos, do reflexo invertido do espelho que questiona o que é essa “nação” brasileira. Naquela enorme região, Roraima se destaca como uma zona de baixa presença estatal, mas de intensa disputa internacional, de fronteiras fluidas e de populações amazônicas que circulam sem muita preocupação com os supostos limites estatais.

As fronteiras amazônicas foram, como tantas outras, consideradas pelos agentes da conquista latino-americana como terra de “ninguém”¹, passíveis de serem ocupadas, exploradas e repartidas. Ao mesmo tempo, as populações lá habitantes também eram invisibilizadas, assim como tantas outras do continente, tidas como atrasos ao progresso, ao trabalho, à “civilização”. Nesses falsos vazios demográficos, onde o confronto de alteridades foi mais forte, violento e é persistente até hoje em dia, o significado do conceito de fronteira trabalhado por José de Souza Martins, desde os anos 1990, ainda mostra muita validade. Martins nos obriga a refletir sobre o problema da violência contida no confronto entre os diferentes, a ter de enfrentá-lo e não apenas mascará-lo. Muitos historiadores das diferentes nações que compõem a Amazônia, ao longo do século passado, procuraram reduzir a violência ao avanço do estrangeiro ou à cobiça imperialista, menosprezando a opressão praticada pelos próprios nacionais e pelos potentados locais, instituídos em Estado ou não. Para Martins, ao contrário, a fronteira é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos.²

Por essa perspectiva, a ocupação da extrema fronteira norte do Brasil, onde hoje se situa o Estado de Roraima, deve ser pensada como se passando em um espaço de contato e confronto entre alteridades, tanto dentro do que se convencionou chamar de Estado brasileiro como nas áreas fronteiriças exteriores a ele, atualmente sob o controle dos Estados venezuelano e guianense.

Na ótica estatal e de suas fronteiras nacionais em construção, a expansão territorial caminhou em direção às linhas imaginárias riscadas nos mapas pelos Estados (Venezuela e a então Guiana Britânica), limites estes sem conexão com a realidade e de profundo desconhecimento e preconceito. Este processo, descrito pelas histórias nacionais como de

¹ SERJE, Margarita. *El revés de la nación*. Territorios salvajes, fronteras y tierra de nadie. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2011.

² MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

expansão, foi de muitas disputas e confrontos, marcado pela construção de conhecimentos a partir de sucessivas viagens de expedicionários, descrições de autoridades locais e relações conturbadas e violentas com populações nativas e mestiças.

Tal fenômeno não foi circunscrito a aquela pequena parte da Amazônia, em seu divisor de águas com a bacia do rio Orinoco, mas sim faz parte de uma grande história amazônica e, além dela, latino-americana ou, ainda mais, americana. Este artigo tem como foco as situações vivenciadas em uma região delimitada e em seus agentes locais e estrangeiros – fossem eles *nacionais* ou *internacionais* – em diálogo com processos semelhantes e contemporâneos que ocorriam nos mais diversos “oestes”, “desertos” ou “sertões” americanos.³

O recorte geográfico deste artigo está na região de Roraima, mais especificamente naquela que foi outrora a Fazenda Nacional de São Marcos, uma enorme área junto aos rios Uraricoera e Tacutu, que uma vez juntos formarão o rio Branco. As Fazendas Nacionais foram estratégias de ocupação territorial iniciadas ainda no período colonial e mantidas pelo governo imperial. Nesta Fazenda foco de nossa análise, foi introduzido gado, com o objetivo de estabelecer uma ocupação luso-brasileira, facilitar o fornecimento de carne à região e incentivar a implantação de colonos.

Aquela Fazenda Nacional, associada a outras na mesma região, será aqui analisada como uma ferramenta do Estado, seja colonial lusitano, imperial brasileiro, ou republicano, de ocupação da região a partir de um olhar que entendia a área como deserta, fronteira e com potencialidades econômicas. A partir dela e da expansão da presença luso-brasileira e das violências, mestiçagens e resistências decorrentes deste processo, apresentaremos as relações sociais lá estabelecidas, como foram relatadas pelos agentes a serviço dos Estados, e como foram lidas e narradas por uma série de viajantes e exploradores forasteiros – fossem brasileiros ou estrangeiros – para identificar como os indígenas atuaram nestes processos.

³ A título de exemplos indicamos alguns trabalhos focados nessa relação de disputa e conquista de áreas de fronteiras na América do Sul: as coletâneas organizadas por ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019; e por BRITO, Adilson J. I.; ROMANI, Carlo; BASTOS, Carlos Augusto (org.). *Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina (séculos XVIII-XXI)*. Curitiba: CRV, 2013; também indicamos as pesquisas publicadas por FLORES, Mariana F. C. Thompson. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014; o capítulo de RATTO, Silvia. La construcción del territorio nacional en espacios de frontera (Argentina a fines del siglo XIX). Una operación ideológica perdurable. In: ROMANI, Carlo; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org.). *Fronteiras e Territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 179-202; e de ARANHA, Bruno P. L. A Fronteira em Movimento: luta e resistência indígena nos sertões paranaenses através da ótica das expedições militares brasileiras (1808-1903). In: MYSKIW, Antonio Marcos; BUTZGE, Clóvis Alencar; LEMOS, Marilene Aparecida (Org.). *O Sul e suas fronteiras: Linguagens e História*. Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 243-273; além da tese de ARANHA, Bruno P. L. *Entre sertões e desiertos: viajantes argentinos e brasileiros na fronteira (1882-1905)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Seu isolamento dos principais centros populacionais, associado às inúmeras resistências indígenas, às dificuldades de acesso, às características climáticas e a ausência de recursos naturais de fácil exploração faziam com que aquela região se assemelhasse a tantas outras na Amazônia⁴, e o território fosse reivindicado por qualquer um dos Estados. Naqueles “confinos”, para recorrermos à definição da antropóloga colombiana Margarita Serje, os territórios se tornavam zonas de refúgio para populações marginais, desenvolvendo-se uma sociedade de resistências, relativamente autônoma, já que praticamente isolada e pouco atraente às forças econômicas. Ali havia “potencialidades”, “tesouros” e “oportunidades”, mas ao mesmo tempo resistências de todos tipos⁵.

No caso brasileiro, o estabelecimento das Fazendas Nacionais e, depois, dos Territórios Nacionais, oferecia alguma presença do Estado e a abertura de regiões ditas inexploradas para toda uma sorte de “vanguardas capitalistas”, na descrição de Mary Louise Pratt⁶. Esta crítica literária canadense analisou como os europeus construíram discursivamente seus impérios. A região à qual nos atentamos neste artigo é especialmente interessante a este processo, porque ela estava em disputa, no século XIX, entre um Estado imperial europeu (o britânico), um imperial americano (o brasileiro) e um republicano americano (o venezuelano). Esta conjuntura tão especial acabou por atrair à região uma série de viajantes e exploradores interessados em mapear o terreno, descrever suas populações e criar saberes e poderes sobre a região.

Ao longo de praticamente um século, entre as décadas de 1830 e 1930,⁷ uma série de exploradores a serviço dos governos do Império do Brasil e da Coroa britânica percorreu a região do alto rio Branco, contribuindo para a construção de saberes para os Estados nacionais e as companhias interessadas no controle e exploração daquela região.⁸

Neste artigo, utilizamos, preferencialmente, as fontes disponíveis nos relatos produzidos por viajantes e exploradores em geral, em expedições de prospecção do território, ou nas chamadas missões científicas, geralmente ligadas a algum Estado nacional

⁴ SERJE, Margarita. *El revés de la nación. Op. Cit*, p. 15.

⁵ *idem*, p. 16.

⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

⁷ Consideramos o período que se inicia com a primeira viagem do geógrafo Robert Schomburgk à região do Roraima, em 1835, porque, a partir das visitas desse explorador, a questão limítrofe e a ocupação do território do lado brasileiro ganharam impulso e visibilidade. E como período final, o início da década de 1930, quando, de fato, os três governos nacionais envolvidos na disputa da área em questão, organizam-se para a efetiva construção de marcos ao longo da linha delimitadora de divisa.

⁸ Sobre as missões científicas de exploração do território, ver uma amostra das expedições que alcançaram a região do alto rio Branco em BARBOSA, Reinaldo I.; FERREIRA, Efrem J. G. *Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do Rio Branco*. In: BARBOSA, Reinaldo I.; FERREIRA, Efrem J. G.; CASTELLON, Eloy G. *Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: Inpa, 1997.

com interesses econômicos nas áreas exploradas. Nos interessaram as fontes produzidas por esses agentes históricos, particularmente o seu olhar sobre as populações nativas ou habitantes no território e as trocas com elas estabelecidas para a produção do conhecimento histórico no período de tempo que transita do início do século XIX às primeiras décadas do XX.

Do ponto de vista teórico-metodológico, utiliza-se a premissa genealógica de Michel Foucault para quem a ciência, como projeto moderno de saber, e especificamente a Geografia, como disciplina de conhecimento e dominação do espaço físico, foram usadas na legitimação das ações empreendidas na conquista e exploração comercial de novos territórios.⁹ Do ponto de vista teórico, trabalhamos essas fontes produzidas por diferentes agentes, nacionais ou estrangeiros, a serviço da Coroa portuguesa, do Império e da República do Brasil, mas também a serviço dos governos de Estados nacionais fronteiriços, como legitimadoras de um discurso colonialista interno.

Ao analisarmos a situação de ocupação, exploração e disputa pelo vale do alto Rio Branco a partir do entendimento de que havia múltiplos interesses na região e que um deles era o de construção de uma soberania brasileira naquele local, dialogamos com as proposições do historiador chileno Alberto Harambour. Sua interpretação sobre a divisão da Patagônia e da Terra do Fogo pelos Estados argentino e chileno identificou um processo de expansão territorial, combate a populações nativas, exploração dos recursos naturais e da mão de obra indígena muito semelhante à exercida pelas potências europeias naquele mesmo momento. A aquele processo, ele denominou de “colonialismo pós-colonial”, já que dialogava com o imperialismo típico do século XIX, mas era exercido por países outrora colônias: os novos Estados americanos¹⁰.

Nossa proposta neste artigo é de diálogo com esta perspectiva, mirando para outro espaço geográfico americano, em que também foi possível perceber uma disputa interestatal, discursos nacionais sobre desertos/sertões, potencialidades e ameaças, e um olhar colonialista interno promovido pelas elites das capitais nacionais.

Países independentes há pouco tempo, tanto Argentina e Chile, quanto Brasil e Venezuela, enfrentavam sérias dificuldades para transformar em realidade no terreno o que se discutia e planejava nas capitais. Havia escassez de homens, armamento e recursos e uma vastidão de territórios a serem ocupados. Se, no caso patagônico estudado pelo historiador chileno, foi necessário recorrer a diversas estratégias discursivas e a recursos privados para

⁹ FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p. 244-261.

¹⁰ HARAMBOUR Albert. *Soberanías fronterizas*. Estados y capital en la colonización de Patagonia (Argentina y Chile, 1830-1922). Valdivia: Universidad Austral de Chile, 2019.

a ocupação daquela região tida como “nacional”, mas sem a presença de “nacionais”, nos perguntamos se o mesmo teria ocorrido no que hoje é o Estado de Roraima.

Na conquista da Patagônia sobre os povos originários, a empresa da conquista foi, em um primeiro momento, protagonizada pelo Estado nacional (chileno ou argentino), em sua esfera oficial de disputas por documentos históricos legitimadores de reivindicações territoriais sustentadores de disputas diplomáticas, depois transformadas em ocupação do terreno por militares¹¹. No entanto, como demonstra Harambour, uma vez superada esta fase de construção e definição genérica de linhas fronteiriças, as forças estatais diminuíram suas presenças e passou a ocorrer o que ele chamou de “soberanias fronteiriças”: o estabelecimento de colonos, a divisão do território em imensas propriedades, a instalação de companhias de exploração e o exercício efetivo da soberania em sentido weberiano por estes agentes privados e não pelo Estado.

Em diálogo com esta interpretação, propomos uma revisitação da leitura das fontes dos viajantes, cientistas e exploradores – nacionais ou internacionais – que percorreram a região do alto vale do rio Negro, incorporando na análise uma releitura que evidencie também as práticas de caráter imperialista da conquista brasileira, um colonialismo pós-colonial próprio. Em geral, nos estudos amazônicos, o imperialismo foi – ou ainda é – atribuído somente à atuação das potências europeias nas Guianas (à França e ao Reino Unido, particularmente), mas não ao próprio processo brasileiro de conquista aos povos originários daquele que se tornará o futuro território do Brasil.

Procuramos, desta forma, trabalhar com aquela região “de fronteira” na construção histórica do país chamado Brasil, entendendo que a expansão da fronteira sobre os territórios dominados pelos povos originários confunde-se com a própria história da nação. O espaço e o tempo do processo de conquista da civilização que se estabeleceu nesse setentrião como sendo “brasileira” é um fenômeno longe de estar concluído, que ainda está em andamento. Nessa mesma região aqui descrita em seu passado de duzentos anos, os conflitos permanecem no presente, em alguns casos ganhando visibilidade internacional, como ocorreu recentemente com a exposição trágica das imagens nas terras Yanomami, ocupadas e exploradas ilegalmente por garimpeiros. A fronteira é o lugar onde os diferentes se encontram e a Amazônia, pelo seu espaço desafiador para a ocupação e vivência da civilização moderna, é justamente, o último grande espaço de conflito.

¹¹ PASSETTI, Gabriel. “La cuestión de límites”: intelectuais, diplomatas e a disputa pelas fronteiras entre Argentina e Chile (séculos XIX a XXI). *Projeto História*, São Paulo, v. 69, p. 53-89, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2020v69p53-89>

1. Conquista e colonização do vale do Rio Branco no século XIX

São Marcos era uma das três fazendas declaradas nacionais, junto às de São José e São Bento, terras adjacentes aos rios Uraricoera e Tacutu, os dois rios formadores do Branco, delimitadas como sendo áreas de pastagem sob controle da Coroa portuguesa. Desde o final do século XVIII, após a passagem pela região da expedição de Manuel Gama Lobo D'Almada – funcionário de Estado, geógrafo e agente empreendedor – e o envio de seu relato ao rei, no ano de 1787,¹² o Estado português permanecia preocupado com a presença próxima de estrangeiros, espanhóis, holandeses e franceses, e a possibilidade de seus súditos ingressarem em uma região fronteira que era considerada de seu domínio. Segundo o parecer emitido por Lobo D'Almada, a atividade econômica com maior potencial de prover a colonização e enraizamento populacional nessa região seria a criação de gado.¹³ As campinas baixas que se estendiam margem adentro desses dois formadores do rio Branco eram áreas propícias à criação extensiva, uma enorme clareira num gigantesco espaço dominado pela floresta, e poderiam garantir o abastecimento de carne para boa parte das capitanias do Rio Negro e do Amazonas.

O histórico dessa empresa colonizadora foi sistematizado pelo cônego André Fernandes Souza, que remonta a origem do projeto ao próprio Lobo D'Almada. Conforme apurou no ano de 1793, já na condição de brigadeiro e retornando de incursão militar à Villa d'Ega, depois renomeada Teffé, no extremo oeste do Amazonas, D'Almada trouxe de lá um pequeno rebanho bovino abandonado pelos antigos ocupantes espanhóis do local. Ao chegar ao rio Branco, fundou a Fazenda do Rei, com sede na margem direita desse rio, em frente ao recém-criado Forte São Joaquim, que passou a ser denominada Fazenda São Bento. Em seguida, foi o capitão José Antonio D'Evora, opulento homem do Rio Negro, a levar novilhos para as terras adjacentes ao forte S. Joaquim e fundar a Fazenda S. José. Com sua morte, seu filho, o capitão Felipe D'Evora, manteve a posse das terras até 1819, quando elas foram objeto de execução pelo Provedor da Fazenda, o Sr. Pereira Duarte, por falta de “lançador” e sequestradas para a Coroa (na linguagem da época), ou seja, reincorporadas ao patrimônio

¹² Sobre essa expedição e o levantamento das possibilidades econômicas existentes no alto rio Branco no finalzinho do século XVIII ver o manuscrito, publicado posteriormente em forma de artigo, de D'ALMADA Manoel da Gama Lobo, Descrição Relativa ao Rio Branco, e seu Territorio, anno 1787. *Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 617-684, 1861. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, Rio de Janeiro. Disponível para consulta online em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsNEJ4ekhSS1AtR3M/view?usp=sharing&resourcekey=0-pGa8qAyfsq6r74WKnymkGQ

¹³ D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. Descrição Relativa ao Rio Branco, e seu Territorio, anno 1787, *Op. Cit.*, p. 663.

do Reino devido à ausência de particulares interessados em administrá-la. Por último, Nicolao de Sá Sarmento, então comandante do presídio dentro do forte São Joaquim, fundou a fazenda de S. Marcos com novilhos comprados da Fazenda do Rei. Sem herdeiros, as terras de Sarmento também passaram ao domínio da Coroa.

Circulando pela região por volta de 1826, o cônego André Fernandes Souza informa ter encontrado mais de três mil cabeças nos currais das três fazendas, que passaram a ser intituladas “nacionais” e ficaram sob administração dos “Proprios Nacionaes”.¹⁴ Do ponto de vista do efetivo povoamento, durante sua primeira passagem pelo rio Branco, D’Almada fizera um levantamento das povoações existentes no curso alto do rio (São Joaquim, Santa Maria Nova, Carmo, Santa Maria Velha, S. Filipe, Conceição e Santa Rosa, esta, um antigo forte espanhol) indicando uma boa quantidade de indígenas aldeados em condições de trabalho na região, cultivando roças com boa oferta de alimentos, ciente de que essa mão de obra seria a condição *sine qua non* para a possibilidade ou não da colonização e da empresa rancheira. Entretanto, quando do relato elaborado por André Souza sobre a Capitania do Rio Negro, após aquela visita à região, décadas após da passagem de D’Almada, já no Primeiro Reinado, a maior parte das vilas encontrava-se extinta, permanecendo vivas apenas a de Santa Maria Nova e a futura freguesia de Nossa Senhora do Carmo, precursora da vila de Boa Vista.¹⁵

Estes dados são interessantes, já que demonstram a instabilidade da empresa colonizadora, os fluxos de sucessos e insucessos a partir do ponto de vista do Estado mas, simultaneamente, uma presença constante luso-brasileira hostil, se olharmos a partir da perspectiva das populações nativas lá radicadas.

Se os povoamentos indígenas entre os “civilizados” durante pouco tempo se mantiveram, em contrapartida, Lobo D’Almada traçou um relato breve, mas detalhado, da quantidade de grupos não aldeados, indicando serem os Wapichana a população mais numerosa, e os Karib, os povos das serras, os mais indóceis e bravos de se lidar.¹⁶ Ele não ignorou a grande presença indígena na região, mas sua preocupação maior era em relação

¹⁴ Offício de 31 de outubro de 1865 dirigido por Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães ao Presidente do Amazonas. Secção dos Proprios Nacionaes. Informe redigido com base em documento de autoria de André Fernandes de Souza encontrado no Archivo da Secção dos Propeos Nacionaes. IHGB. Lata 340. Pasta 4. Também encontra-se reproduzido no Offício n. 3, de 23 de janeiro de 1866 dirigido pelo Doutor Procurador Fiscal da Thesouraria da Fazenda ao Presidente da Província do Amazonas. IHGB. Lata 197. Documento 26.

¹⁵ SOUZA, André Fernandes de. Notícias Geographicas da Capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas. *Revista Trimestral de História e Geographia*, ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, t. X, p. 411-504, 1848. IHGB. Dedicado ao Imperador do Brasil, Dom Pedro I, o manuscrito foi ofertado para publicação na Revista do IHGB pelo seu conselheiro Sr. José Antonio Lisboa.

¹⁶ D’ALMADA, Manoel da Gama Lobo. Descrição Relativa ao Rio Branco, e seu Territorio, anno 1787, *Op. Cit.*, p. 669-679.

ao melhor modo de domá-la, algo essencial para o sucesso daquele modelo de colonialismo pós-colonial. Sobre os meios de colonizar o rio Branco, D'Almada, que viria a se tornar governador da capitania do Rio Negro, já tinha se dado conta de que as incursões violentas das tropas de resgate, submetendo e escravizando o gentio, não eram as mais eficientes:

Uma das maiores vantagens que se póde tirar do rio Branco, é povoal-o, e coloniar toda esta fronteira com a immensa gente que habita as montanhas do paiz. Mas para isto é necessário mudar o methodo que se pratica, que em outras circunstâncias, em outros tempos, poderiam convir, mas que hoje se deve alterar.

Para descer estes tapuyas do mato, aonde elles a seo modo vivem com mais commodidade do que entre nós, (nota de rodapé: Eu não falo sem conhecimento de causa, tenho entrado em mais de duzentas malocas de gentilidade, e por isso o que discorro não é um eu *ouvi dizer*, eu conto pelo que vi) é necessário persuadil-os das vantagens de nossa amizade; sustental-os, vestil-os, não os fatigar querendo-se d'elles mais serviços do que elles podem, e fazer-lhes pagar promptamente e sem usura, o que se lhes prommete, o que se lhes deve...¹⁷

Pela forma como construiu seu relatório, o ilustrado português deve ter encontrado muita resistência em todos os escalões do governo e fora dele, seja entre os fazendeiros e colonizadores, seja entre os militares, de Manaus ao Rio Negro, para pôr em prática essas novas estratégias não violentas de descimentos que pudessem suprimir as correntes formas disfarçadas, por vezes escancaradas, de escravização das populações indígenas. O fato é que “d’hai a poucos annos viu-se uma maravilhosa multiplicação nestas fazendas, contra a opinião de vários calculistas desse tempo, que desdenhavam: em tanto que não há gado vaccum no Estado melhor que o do rio Branco, na multiplicação, no tamanho e nutrição”.¹⁸ Entretanto, a estratégia usada pelos fazendeiros para manter a empresa viva continuou valendo-se, como prática recorrente, dos métodos “antigos” de violência disseminada, fator determinante para o quase desaparecimento dos aldeamentos existentes, ao afugentar a maior parte dessas populações em direção às serras.

Quase um século após a passagem do cônego André de Souza, já na segunda década do século XX, quando o Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, foi implantado junto a uma tímida política federal em defesa das terras indígenas, das três fazendas originalmente criadas somente restava São Marcos como fazenda do Estado. Ainda assim, esta contava com várias repartições de particulares vivendo e produzindo no seu interior, motivo de conflitos judiciais com a União. Uma parcela dessas áreas de criação de gado havia sido ocupada por rancheiros, pequenos e médios posseiros, alguns caboclos regionais mestiçados com os

¹⁷ *idem*, p. 679-680. Grifo do autor.

¹⁸ SOUZA, André Fernandes de. Notícias Geographicas da Capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas, *Op. Cit.*, p. 456.

povos indígenas, principalmente com os Wapichana, já em estreita relação de convivência familiar desde o século XIX através de casamentos interétnicos.

No decorrer do final do Segundo Reinado, novas apropriações de terra ocorreram nas fazendas São Bento, ao sul do Uraricoera, e São José, entre o rio Branco e o Tacutu, resultantes dos arrendamentos concedidos pela Província do Amazonas a potenciais empreendedores na criação de gado. Boa parte destes não era de agentes locais, mas migrantes inter-regionais, empresários de fato que fizeram melhorias nas sedes, o que fez com que, nessas fazendas, acabassem “os seus territórios por ficar na mão de comerciantes e fazendeiros da região que, de posse de títulos falsos, se autodenominavam proprietários”.¹⁹ Apesar da evidente usurpação de terras estatais, estava sacramentada a aliança Estado-capital para a qual essas ilegalidades eram apenas mais uma estratégia de sucesso da empresa “colonizadora”. No limiar da República, restava apenas São Marcos, a área mais ao norte do rio Branco, como lugar com pouca presença de fazendeiros particulares.

Este foi um processo lento e contínuo de ocupação territorial feito por brasileiros, iniciado com os posseiros, e que se desenvolveu e intensificou após a neutralização do conflito anglo-brasileiro pela definição dos limites nacionais na região do Pirara, em 1843. A atuação dos pequenos rancheiros foi, sobretudo, um fenômeno regional sociocultural.²⁰ Ele já fora percebido anteriormente e descrito desde o fim da década de 1830, quando da passagem do geógrafo alemão Robert Schomburgk a serviço da Coroa britânica pela região. Em seu relato, destaca-se a presença de uma cultura de vaqueiros nas savanas da margem leste do rio Branco, próxima ao forte São Joaquim, posto militar que servia também como polo de atração e assistência a esses rancheiros.²¹

Após a resolução da negociação internacional com os ingleses, houve a retirada da presença militar brasileira e a sucessiva diminuição do fluxo de transporte regular para abastecer a fortaleza. O reflexo foi imediato com um período contínuo de declínio na

¹⁹ Maria Elizabeth Bréa Monteiro, *Fazenda São Marcos*. Estado de Roraima, 1991. Relatório SEDOC. Museu do Índio. Fundação Nacional do Índio. FUNAI. Ministério do Interior, p. 15-16. Acervo digital Instituto Socioambiental, ISA, código OBD00461. Disponível para consulta online em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/fazenda-sao-marcos-estado-de-roraima>

²⁰ Sobre a questão de limites envolvendo o Brasil e o Reino Unido, trabalhando perspectivas diferentes, ver ROMANI, Carlo. História imperial, ciência e poder: a disputa de fronteira anglo-brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 82, p. 83-105, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472019v39n82-05> ; e BASÍLIO, Romário Sampaio. La Battalla de los mapas. Choques de territorialidades y cartografías de las fronteras de las Guayanas (siglos XIX XX). *Revista Complutense de Historia de América*, v. 50, n. 1, p. 235-258, 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.5209/rcha.91387> .

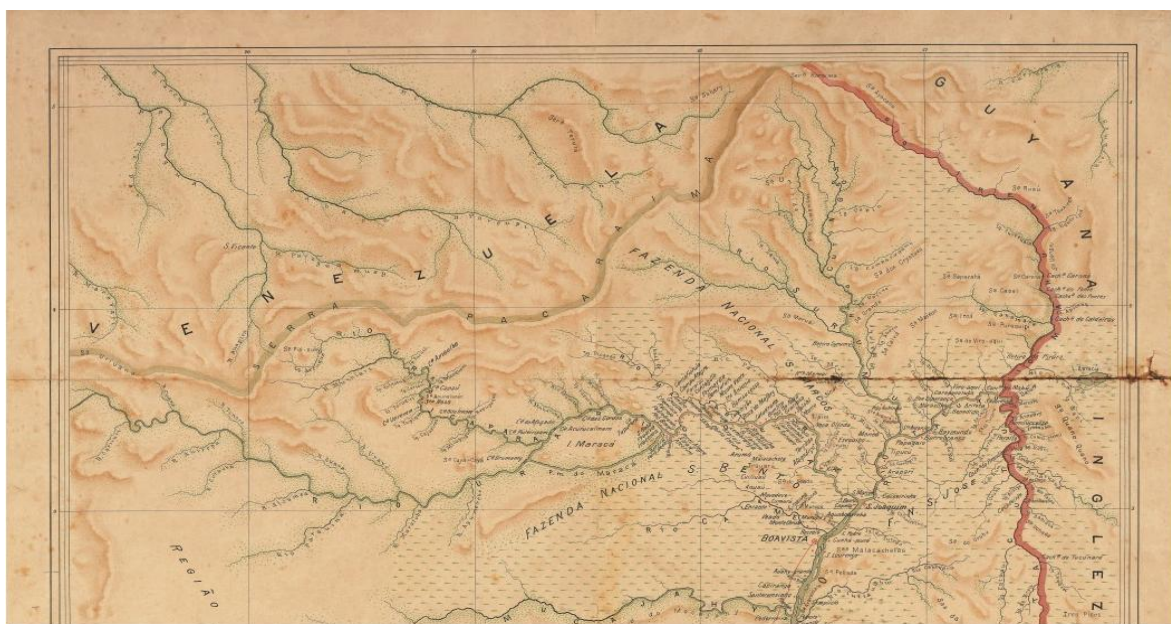
²¹ Sobre a cultura de vaqueiros, ver o estudo antropológico dessa colonização por posseiros e fazendeiros feito por RIVIÈRE, Peter. *The forgotten frontier*. Ranchers of north Brazil. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1972. Sobre o Forte São Joaquim, ver VIEIRA, Jaci Guilherme; GOMES FILHO Gregório. Forte São Joaquim: do marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX. *Textos & Debates*, Boa Vista, n. 20, p. 101-119, 2013.

economia regional nessa região do vale do Rio Branco, entre as décadas de 1840 e 1850, que somente seria revertido nas décadas seguintes. Já em 1844, quando da passagem por São Joaquim do engenheiro Frederico Carneiro de Campos, encarregado brasileiro da Comissão de Limites para a neutralização da área litigiosa entre o Brasil e o Reino Unido, este encontrou nessa área do forte uma situação bem diferente daquela de décadas atrás, com um estado de acentuado abandono, reduzido a uma empobrecida colônia rural.²²

Esta situação demonstra a instabilidade da capacidade da região em mobilizar interesses e recursos do Estado: uma vez passada a maior ameaça estrangeira, com o acordo de fronteiras firmado, a região perde atratividade ao capital e ao Estado. Ao mesmo tempo, as marcas desta presença permanecem: apesar do abandono das duas fazendas, estavam consolidados os processos econômicos com a pecuária e o populacional com a mestiçagem.

O mapa de Jacques Ourique, reproduzido em detalhe a seguir, indica as áreas historicamente ocupadas pelas três fazendas para a criação do gado bovino.²³

Mapa “Rio Branco: mappa organizado sobre os melhores trabalhos existentes e notas particulares de Stradelli” (Detalhe)



Fonte: Jacques Ourique “Rio Branco: mappa organizado sobre os melhores trabalhos existentes e notas particulares de Stradelli”, 1906, mapa, Dresden. (Creative Commons)

²² Frederico Carneiro de Campos, *Carta geográfica dos terrenos contestados entre o Império do Brasil e Guiana Inglesa*. Relatório dos trabalhos executados pela comissão exploradora e parecer sobre os limites do Império com as Guianas, 1844. Série Limites: Setor Guiana Britânica 1840-1911. Vol./maço 05. Arquivo Histórico do Itamaraty, AHI, Rio de Janeiro.

²³ OURIQUE, Jacques. *O valle do rio Branco*. Álbum Fotográfico. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1906. O Engenheiro Alfredo Jacques Ourique percorreu o vale do Rio Branco no ano de 1906, em viagem oficial de levantamento econômico e demográfico do Estado do Amazonas, após duas viagens anteriores empreendidas na década de 1880, uma delas acompanhando o etnógrafo italiano Ermanno Stradelli em sua subida pelo rio Branco. O livro publicado por Ourique é um documento factual com base nas fontes históricas e em suas impressões pessoais resultantes dessas viagens, além de conter um excepcional registro fotográfico da região realizado por George Huebner. Parte das fotografias dessa viagem encontram-se disponíveis para consulta online em <https://archive.org/details/valle-do-rio-branco-o-1906>.

Elaborado com base nas informações hidrográficas e de relevo sistematizadas pelo etnógrafo italiano Ermanno Stradelli, durante as viagens deste ao Rio Branco no final da década de 1880, esse mapa somente veio a ser publicado em 1906, numa edição comemorativa do Governo do Estado do Amazonas. Stradelli, explorador de alta reputação junto aos governantes amazonenses, participou da Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Venezuela chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parima, que percorreu todo o alto Rio Branco no ano de 1882 e sucessivamente nos anos seguintes até 1888.²⁴

O relatório para esse álbum oficial, elaborado por Jacques Ourique, trouxe a público uma história oficial dessas terras de pastagem pertencentes à União que, no decorrer do processo de abandono da presença militar brasileira no forte de São Joaquim, na sequência do início do conflito com o Reino Unido, foram sendo sucessivamente tomadas por particulares.²⁵ Desde o início da década de 1850, entre as inúmeras dificuldades para o controle e manutenção das fazendas sob o domínio imperial, Manuel Gomes Miranda, Presidente da Província do Amazonas, “lamentava as agruras para o transporte da carne e a dificuldade de os animais chegarem aos centros consumidores”.²⁶ A região do alto Rio Branco encontrava-se praticamente separada do restante do país durante oito meses, todos os anos, já que a navegação direta pelo trecho encachoeirado somente era possível na época de cheia, de maio a setembro.

A província do Amazonas somente retomaria de fato o interesse pelo controle territorial do vale do Rio Branco a partir do final da década de 1870, quando do início do ciclo de extração da borracha nos cursos médio e baixo do rio. Naquele momento, incentivado por empresas sediadas em Manaus e em Belém, centenas de seringueiros e balateiros, na maioria migrantes provindos do nordeste do Brasil, partiram para ocupar as áreas florestais, reativando a economia regional e demandando um maior abastecimento de alimentos com um incremento na produção de carne bovina.²⁷

²⁴ BRAGA, Robério. Os misteres de Ermanno Stradelli na Amazônia. In: RAPONI, Livia (org.). *A única vida possível: Itinerários de Ermanno Stradelli na Amazônia*. São Paulo: ed. Unesp, 2016, 129-132.

²⁵ Jacques Ourique. *O Valle do Rio Branco*. Estado do Amazonas. Edição Oficial. Manaus: G. Huebner & Amaral, 1906. Folhetos Raros F1307. Acervo Bibliográfico. Museu do Índio. Fundação Nacional do Índio. FUNAI. Ministério do Interior. Disponível para consulta em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&id=5364106180819&pagfis=14360

²⁶ Falla do Presidente da Província do Amazonas, 05/09/1852, *apud* Maria Elizabeth Bréa Monteiro, Fazenda São Marcos, *Op. Cit.*, p. 12-13.

²⁷ MAGALHÃES, Maria das Graças Santos. *Amazônia Brasileira: processo histórico do extrativismo vegetal na Mesorregião Sul de Roraima*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica / RS, Porto Alegre, 2006.

Neste novo momento, os saberes e poderes prévios já haviam inserido na região a pecuária e levado à mestiçagem. Uma historiografia nacionalista e estatista pode lamentar a baixa presença estatal, mas o que é possível observar, simultaneamente a isso, é o sucesso lento e gradual da empresa colonizadora, levada a cabo por pequenos e médios proprietários ocupando a região, combatendo, submetendo ou se associando a indígenas, mas inevitavelmente transformando e “nacionalizando” o território.

O engenheiro Alexandre Haag apresentou, no ano de 1881, um relatório ao presidente da Província do Amazonas, projetando a construção de uma estrada desde Manaus até a Guiana Britânica e a Venezuela, contornando o monte Roraima, uma empresa necessária para o abastecimento dessas localidades e, principalmente, para o escoamento de sua produção em uma região que já contava com mais de trinta ranchos e 25 mil reses, muitas delas vagando livres nos campos.²⁸ O projeto chegou a ser realizado, mas somente ao longo de um pequeno trecho do médio rio Branco, o das corredeiras de Bem-me-quer, em Caracaraí, o que se mostrou ineficiente devido à necessidade de se descarregar e carregar novamente nas barcas os bois a serem descidos para Manaus.²⁹

2. Os coronéis regionais e o avanço do conflito com os povos originários

No decorrer do século XIX, o efetivo alcance da ocupação das fazendas nacionais sob o controle do governo imperial não foi suficiente, ou eficiente, permitindo que particulares ingressassem nessas áreas de domínio do Estado e induzissem o processo de desenvolvimento da região. Apesar da fragilidade do projeto oficial não ter permitido que ele seguisse adiante sob controle do Estado, a criação rentável do gado bovino havia sido disseminada pela região tendo formado uma classe proprietária dirigente regional

²⁸ Conforme BASÍLIO, Romário Sampaio. Forging connections across remoteness: Colonization Projects and Global Dynamics in Amazonia and the Guianas (Late 1800s - Early 1900s), *Outros Tempos*, São Luís, v. 21, n. 37, 2024, p.197-226. DOI: <https://doi.org/10.18817/ot.v21i37.1135>. A hipótese de Basílio é a de que a retomada do interesse do Estado brasileiro pela região insere-se, não somente em face da expansão produtiva capitalista, mas numa nova lógica geopolítica de ocupação das áreas de fronteira nacional numa perspectiva de integração regional transfronteiriça. Essa estratégia seria um meio de diminuir as pressões internas para a ocupação e o avanço do povoamento na fronteira ainda não delimitada com a Guiana Inglesa e, ao mesmo tempo, contornar a tensão diplomática com o Reino Unido decorrente da ocupação econômica brasileira da zona fronteiriça. O documento na íntegra foi publicado por Alexandre Haag, *Relatório apresentado ao Ill. mo e Ex. mo Sr. Dr. Alarico José Furtado, presidente da Província do Amazonas*: pelo engenheiro Alexandre Haag; encarregado da exploração de uma estrada contornando as cachoeiras de rio Branco; com a carta hydrographica da zona encachoeirada d'este rio, levantada e desenhada pelo mesmo engenheiro. Manáos: Typ. do Amazonas, 1881. Arquivo Nacional, AN, Rio de Janeiro. Coleção Obras Raras.

²⁹ Ermanno Stradelli, Rio Branco. Note di viaggio, *Bollettino della Società Geografica Italiana*, BSGI, serie III, v. II (Anno XXIII, v. XXVI), p. 256. Archivio della Società Geografica Italiana, SGI, Roma. Disponível para consulta em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:stradelli-1889-rio-branco>

representada pelas famílias de “coronéis” já estabelecidos, como os Bento Brasil, Sebastião Diniz e Pereira Bastos, que passaram a comandar a política local após a elevação de Boa Vista à categoria de vila em 1890, e de comarca dois anos depois.³⁰ Ao final da década de 1920, alguns desses antigos coronéis já haviam perdido força regionalmente, enquanto outros ainda se mantinham poderosos, ao mesmo tempo em que novos empreendedores de fora do Rio Branco, deslocados de áreas de seringais no rio Madeira, haviam chegado para o protagonismo econômico do capitalismo desses novos tempos. O geólogo Avelino Ignacio de Oliveira, em relatório publicado no ano de 1929, informava que

os maiores fazendeiros de gado vacuum da região são: J. G. Araújo com 45.000 cabeças de gado bovino; Bento Brasil com 13.000; Cel Antonio Dias de Souza Cruz com 10.000; Adolpho Brasil com 8.000; Homero de Souza Cruz com 5.000; Manoel Pereira Pinto com 5.000; Fazenda Nacional de São Marcos com 3.500 e muitos outros menores.³¹

Segundo relatara anteriormente Theophilo Leal, secretário de Agricultura do governo federal em visita à região, boa parte dessas grandes propriedades do Rio Branco proveio dessa usurpação das terras da União realizada por forasteiros empreendedores, fazendo com que, nas duas primeiras décadas do século XX, “áreas consideráveis de terras da Fazenda São Bento estão em mãos de firmas commerciaes de Manaos e não menores da fazenda S. José, nas de proprietários rurais que demoram no rio Madeira”.³² E o mesmo secretário informa serem “os índios das tribos Makuxi e Uapixana os únicos trabalhadores ruraes e braçaes da região” e “que trazem seus esforços e sua coragem aos civilizados que os explora, os despreza, os maltrata, apesar de facilitarem ao civilisado alimentação que este não produz”, recebendo em troca maus-tratos praticados em conluio com os agentes da lei: “em Boa Vista, encontrei um sargento mandante inconsciente de barbaras sevicias”.³³

Com a chegada da República, o clima de tensão política na região agravou-se na medida em que os interesses locais conflitantes, ora confrontaram, ora se aliaram aos

³⁰ HEMMING, Johnn. *Roraima. Brazil's Northernmost Frontier*. Londres: University of London, Institute of Latin American Studies, 1990, p 10-11. Disponível para consulta em <https://core.ac.uk/download/112786.pdf> . Veja-se a evolução histórica da vila de Boa Vista no capítulo 3 “Boa Vista: de fazenda a município”, da obra de GALDINO, Lúcio Keury A. *Roraima: Da colonização ao Estado* (Tomo I). Boa Vista: UERR Edições, 2017.

³¹ Avelino Ignacio de Oliveira. *Bacia do Rio Branco: (Estado do Amazonas)*. Rio de Janeiro s/n, 1926. Folhetos Raros F1428 Obra Rara 1929. FUNAI. Disponível para consulta online em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=14497

³² Conforme Theophilo Leal, secretário do Ministério da Agricultura, na coluna “As Fazenda Nacionaes do Rio Branco”, *Jornal do Commercio*, 3 de abril de 1919, *apud* BANDEIRA, Alipio. *Antiguidade e atualidade indigenas (catechese e proteção)*. Conferencia lida pelo autor na Bibliotheca Publica da Capital Federal, no dia 8 de março de 1919. Rio de Janeiro, 1919, p. 107. Disponível para consulta online em: <https://archive.org/details/antiguidadeeatua00banduoft/page/n7/mode/2up> .

³³ Conforme publica Theophilo Leal na coluna “A Região do Rio Branco”, *A Notícia*, 4 de abril de 1919, *apud* BANDEIRA, Alipio. *Antiguidade e atualidade indigenas, Op. Cit.*, p. 112.

interesses do governo do Estado do Amazonas e os deste contra os da União. Aquele relatório de Ourique, um dos poucos documentos oficiais elaborados pelo governo do Amazonas nesse início de século XX, insere-se nesse movimento preliminar de tentativa de retomada do controle estadual do processo político local em Boa Vista, enquanto que, paralelamente, se desenvolviam na União as demandas para a implementação de uma política indigenista com a criação, em 1910, do SPI. Ourique, como funcionário do governo do Amazonas, defendia a intensificação da ocupação econômica do Rio Branco agenciada por esse Estado, inclusive através da distribuição das terras existentes na parte alta do vale, em S. Marcos, onde ainda imperava o domínio do governo central do Rio de Janeiro com o controle das fazendas nacionais. O engenheiro do Amazonas reconhecia o processo histórico de ocupação das terras da União, mas defendia os estancieiros ocupantes, que segundo ele, incorporaram a mentalidade desenvolvimentista do governo estadual e poderiam tornar-se grandes produtores agrícolas. Conforme relata Ourique em seu Álbum,

os estancieiros, hoje, já não são os mesmos de outr'ora – malandros, rotineiros e sem aspirações. Actualmente tem noção clara das cousas. Sabem, por exemplo, que a par do desenvolvimento da indústria da criação de gado vacuum e cavallar, há de vir a de muares, que começam a ser empregados, em larga escala, nos seringas que permitem esse commodo meio de transporte. Prevêm ,com muito bons fundamentos lógicos, que paralelamente a essas, há de vir forçosamente a criação de carneiros, porcos e aves, com o intuito de, illudindo a difficuldade de transporte de animaes vivos, transformal-os em charque, carnes afiambradas, conservas delicadas e productos de *charcuterie*, por meio de fábricas montadas na própria localidade e prevêm ainda que, um dos mais futuros meios de riqueza dessas regiões, será o fabrico de lacticínios, artigos de fácil execução e de tão grande preço neste Estado, onde a manteiga importada paga de direitos quasi 50 % de seu valor.³⁴

Sua análise reforça o estabelecimento de uma aliança, por vezes instável e conflitiva, entre as diferentes instâncias do Estado brasileiro – municipal, federal e estadual – e os empreendedores particulares, proprietários ou não, na ocupação da região. Passada a ameaça soberanista com a assinatura dos tratados internacionais, a ocupação e exploração da região passam a ser, nesse processo de colonialismo pós-colonial, executadas por particulares sediados nas vilas em conluio com agentes do governo do Amazonas, por vezes sendo o mesmo indivíduo.

Ourique, no fundo, apenas reproduziu os reclamos dos coronéis locais, por exemplo aquele de Sebastião Diniz, criador de gado proveniente de Belém do Pará e ilegalmente estabelecido dentro da Fazenda São Marcos, que no início do século XX pleiteou a compra de parte dessa fazenda à União. Sua petição dirigida ao Ministério da Fazenda, que na

³⁴ OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco*, Op. Cit., 29.

ocasião ainda era o responsável pelas Fazendas Nacionais, alegava que “as fazendas do Rio Branco encontram-se despovoadas de gado e invadidas por intrusos”.³⁵ Diniz sustentava, assim, a legitimidade do pleito, com base no parecer emitido pelo Delegado Fiscal do Amazonas no ano de 1899:

Está evidenciado pela prática do tempo que da conservação de taes fazendas por parte do governo da União, nenhuma vantagem tem lhe sido dada como se prova com documentos officiais, servindo ellas tão somente, até hoje, para que outros aufrão lucros em seo próprio beneficio. É notorio nesta cidade que os particulares se constituem proprietarios de parte das terras situadas nas referidas fazendas e que o próprio gado nellas existente não augmenta de producção por motivos que facilmente se comprehendem... Seria de maximo interesse para a União a transferencia de dominio de taes fazendas em face de poderosas razões.³⁶

A conveniente avaliação desse delegado federal somava-se, assim, aos interesses dos particulares locais e do governo estadual na região do Rio Branco. Como defesa em favor da transferência do controle das terras das fazendas nacionais para o governo estadual, o que facilitaria sobremaneira a venda ou arrendamento a particulares interessados, Ourique argumenta que essa região do Amazonas, considerada de difícil acesso, fora uma das menos favorecidas em termos de serviços oferecidos pelo governo federal, apesar de ela ser considerada estratégica por ser uma área de fronteira nacional. Por outro lado, Ourique fez uma descrição muito superficial das populações indígenas dessa região e de seus costumes, usando, principalmente, as informações deixadas por Henri Coudreau e Élisée Reclus.³⁷ O engenheiro relativiza as severas agressões cometidas contra essas populações durante o movimento de conquista que avançou no II Reinado e na República, com a apropriação de suas terras pelos fazendeiros. Em sua exposição, Ourique, mesmo reconhecendo a utilidade das populações indígenas nos trabalhos nas fazendas, as trata como tendo um comportamento indolente, arreado, preguiçoso, resultante do trato violento herdado do período colonial, ignorando, contudo, os dados alarmantes que já eram percebidos no início do século XX pelo governo federal, da continuidade da prática escravista e violenta por parte dos fazendeiros contra os povos originários. Mais do que isso, veladamente, o representante do governo amazonense defende a integração desse grupo populacional ao proletariado

³⁵ Solicitação de compra ou arrendamento da fazenda São Marcos dirigido ao Ministro da Fazenda por Sebastião José Diniz. IHGB. Fazendas Nacionais do Rio Branco no Amazonas, 1902. Coleção Luiz Rodolfo. Lata 197, doc. 26.

³⁶ Ofício emitido pelo Delegado Fiscal do Amazonas em 8 de maio de 1899, dirigido ao Ministro da Fazenda. IHGB. Fazendas Nacionais do Rio Branco no Amazonas, 1902. Coleção Luiz Rodolfo. Lata 197, doc. 26.

³⁷ RECLUS, Élisée. *Geographia ethnographica e estatística dos Estados Unidos do Brasil*. (tradução e breves notas de Ramiz Galvão). Rio de Janeiro, 1906; COUDREAU, Henri. *La France Equinoxiále*. Tome Second. Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie. Paris: Challamel Ainé Éditeur, 1887.

agrícola nacional para compor a necessária mão de obra barata para o local.³⁸ Como bem assinalou André Fonseca, nas primeiras décadas do século XX “a cultura dos vaqueiros do rio Branco [...] já tinha se espalhado por grande parte da região dos campos (savanas), agudizando a violência contra os povos indígenas – completamente omitida na obra oficialista de Ourique, mas explicitada por etnógrafos estrangeiros”.³⁹

3. Etnógrafos, indígenas e outras vozes sobre este processo

Entre esses etnógrafos estrangeiros que atravessaram o vale do rio Branco nas últimas décadas do século XIX, dois ressaltam de modo semelhante os conflitos entre colonizadores e povos indígenas e são fontes indispensáveis para desmontar a tese do engenheiro Jacques Ourique: o geógrafo francês Henri Coudreau, e o etnólogo italiano Ermanno Stradelli. Em viagem empreendida no ano de 1884, Coudreau, viajante malvisto pelos proprietários locais de Boa Vista, mapeou diversas populações indígenas da margem oriental do rio Branco, na zona fronteira com a Guiana Inglesa. Macuxi, Wapichana e outros povos habitantes do rio Tacutu, em sua avaliação, mostravam-se muito mais livres e comparativamente bem menos “civilizados” do que os indígenas aldeados nos povoados do lado brasileiro da fronteira, onde serviam aos seus patrões quase que como escravos. Coudreau, particularmente, estava alarmado com a situação dos Wapichana vivendo aldeados no Brasil.⁴⁰ Em contraste, mesmo admitindo-se um olhar eurocêntrico na fala de Coudreau, notório entusiasta da República do Cunani independente na região contestada entre a França e o Brasil no Amapá, o geógrafo francês mostrou-se muito impressionado com o regime de liberdade em que viviam os mesmos Wapichana nos campos da Guiana Britânica, sem a presença do colono inglês, em relação àqueles “tristemente domesticados” do lado brasileiro próximos a Boa Vista. Há que se convir que o Estado brasileiro, de um modo ou de outro, fomentou a colonização daquela região, o que trouxe um nítido confronto com os povos originários e, em grande parte, sua submissão. Enquanto isso, o Reino Unido não se interessou na ocupação e colonização da savana guianense, mais preocupado que estava com a exploração aurífera e diamantífera na floresta tropical mais ao norte. Ao

³⁸ Sobre a percepção que o engenheiro tem das populações indígenas ver capítulo “os índios” em OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco*, Op. Cit., p. 23-28.

³⁹ FONSECA, André Augusto da. Serra Grande de Caruamã, no Rio Branco: notas sobre um marco natural e histórico de Roraima (séculos XVIII-XX), *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, Boa Vista, v. 4, n. 1, p. 60-67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24979/makunaima.v4i1.1064>

⁴⁰ COUDREAU, Henri Anatole. *Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta*. Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard, 1886, p. 33. Disponível para consulta online na Biblioteca Digital Curt Nimuendaju: http://biblio.etnolinguistica.org/coudreau_1886_rio_branco

observar o modo de vida dos Wapichana, Coudreau comparou essa ausência de governo no grupo habitante do lado britânico da fronteira, ao regime da anarquia viva:

Chez nous deux tribus du campo oriental du Rio Branco comme chez toute celles de Guyane, l'organisation politique et sociale est absolument embryonnaire. Les tuxáus (chefs) n'ont aucune autre autorité que celle que leur donnerait une grande supériorité individuelle, les pagets qui son les médecins et les linguiste de la maloca ou de la tribu, ont peut-être une autorité un peu plus grande, mas d'un caractère absolument moral, C'est l'anarchie pure réalisée chez un peuple simple et sans besoins.⁴¹

Coudreau, com certo desalento, também se manifesta em relação às enormes diferenças existentes entre os dois grandes grupos populacionais indígenas do lado brasileiro da região do Rio Branco. Ele contrasta os dóceis e aculturados Wapichana (do tronco linguístico Arawak) aos ainda rebeldes Macuxi (do troco Karib), que se recusariam a ensinar a língua deles ao homem branco como forma de defesa própria para manterem sua integridade cultural.

Il est curieux de constater que, en dehors de cette tutelle, ce sont les tribus qui se civilisent le plus vite qui disparaissent aussi le plus rapidement. Tels sont les Uapichianas. Les Uapichianas se civilisent plus vite que les Macuchis. Ils aiment à apprendre leur dialecte aux civilisés, beaucoup d'entre eux à Canauani, à Maracachite et à l'Uraricuera, parlent portugais. Les Macuchis sont beaucoup plus rebelles à la discipline de la civilisation. Ils n'aiment pas à enseigner leur langue aux blancs. Ils sont insolents, insubordonnés. Conclusion : les Uapichianas étaient, il y a un siècle, la tribu la plus importante du rio Branco, aujourd'hui ils sont à peine au nombre de mille. Les Macuchis, an contraire, sont aujourd'hui beaucoup plus nombreux qu'au siècle passé. Ils forment la tribu la plus importante de la contrée, on en peut compter trois ou quatre mille.⁴²

O outro explorador a quem nos referimos, Ermano Stradelli, quando de sua passagem por Boa Vista, chegou a ser confundido fisicamente com Coudreau, “de quem não haveria muito a elogiar”, segundo disse-lhe o capitão da Guarda Nacional no Rio Branco, o senhor

⁴¹ COUDREAU, Henri. *Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta*. Op. Cit., p. 59. “Tanto nas duas tribos do campo oriental do rio Branco, quanto em todas aquelas da Guiana, a organização política e social é absolutamente embrionária. Os tuxauas (chefes) não têm nenhuma outra autoridade além daquela que lhes concede uma grande superioridade individual, os pajés que são os médicos e os linguistas da maloca ou da tribo, poderiam ter uma autoridade um pouco maior, mas de um caráter absolutamente moral. É a anarquia pura realizada junto a um povo simples e sem necessidades.” Tradução dos autores.

⁴² COUDREAU, Henri. *La France Equinoxiale*. Op. Cit., p. 400-401. “É curioso que por causa dessa tutela, os grupos que se civilizam mais rapidamente, também são aqueles que desaparecem mais rapidamente. Esses são os Wapichana. Os Wapichiana se civilizaram mais depressa do que os Macuxi. Eles gostam de ensinar seu dialeto aos civilizados, muitos dentre eles em Canauani, em Maracachite e no Uraricoera falam português. Os Macuxi são muito mais rebeldes à disciplina da civilização. Eles não gostam nada de ensinar sua língua aos brancos. Eles são insolentes, insubordinados. Conclusão: os Wapichana, que há mais de um século eram a tribo mais importante do Rio Branco, hoje em dia seu número não passa de um milhar. Os Macuxi, ao contrário, são atualmente muito mais numerosos do que há um século atrás. Eles formam a tribo mais importante da região podendo contabilizar-se três ou quatro mil deles”. Tradução dos autores.

Alfredo Cruz.⁴³ Explica-se essa avaliação negativa não apenas em função de seus posicionamentos a favor da Guiana Francesa, mas, também, por conta de sua apreciação da ausência de organização social dos povos indígenas, tanto num prejuízo evolucionista negativo, quanto, também, pelo sentimento de liberdade que essa ausência transmitia nessas populações, o que, de certo modo, leva-o a uma crítica da condução do “processo civilizatório” que avançava sobre eles. O etnologista italiano parece seguir o mesmo caminho do geógrafo francês no que se refere à maior sobrevivência dos grupos menos “civilizados.” Mais conhecido pela sua obra linguística junto aos indígenas do Rio Negro, no ano de 1888 também percorreu o rio Branco até seus formadores e demarcou todos os povoamentos e as aldeias existentes na região, sendo o pioneiro nos registros fotográficos das populações originárias nesse tributário do Amazonas, dentre elas a dos Wapichana e Macuxi.⁴⁴ Esses relatos seriam posteriormente utilizados por Jacques Ourique para a elaboração daquele seu mapa, acima apresentado, excluindo da carta gráfica, contudo, a presença populacional indígena reportada pelo etnólogo em sua descrição do território:

I Macuxi formano la più numerosa nazione tra quelle che vivono in contatto con i bianchi, i qualli se ne utilizzano pei trasporti sul fiume e per *vaqueiros*; quelli delle tenute nazionali sono quasi tutti di questa tribù. Hanno le loro *maloche* sul rio Branco, Tucutù, Urariquera, Majarary, stendendosi fino il Repununy e preferendo le praterie non lontane dalle piccole catene, che sorgono nella pianura.⁴⁵

Se, no passado, os Wapichana foram a tribo mais numerosa do alto Rio Branco, conflitos intertribais com os Macuxi e descimentos forçados induzindo à mestiçagem praticamente os dizimaram, segundo afirma Stradelli. Mais “dóceis” do que os Macuxi, os que não foram escravizados foram levados a deixar as margens dos rios em direção aos interiores, distribuindo-se pelos rios Branco, Tucutu, Maú, e regiões circunvizinhas.⁴⁶ Boa parte da população Wapichana se radicou do lado das savanas guianenses, onde manteve hábitos considerados selvagens pelos brasileiros, mas percebidos como sendo de pessoas realmente “livres” por Coudreau. Para este viajante, *persona non grata* no Rio Branco, os

⁴³ Ermanno Stradelli, Rio Branco. Note di viaggio. *Op. Cit.*, p. 255.

⁴⁴ Collezione Stradelli. Archivio Fotografico. SGI. Acervo digital disponível para consulta online: <http://www.archiviofotografico.societageografica.it/index.php?it/152/archivio-fotografie>. Fotografias diversas: ano 1889, 11/1/17 e 11/1/18 Brasiliani e indigeni dell'Amazzonia [Rio Branco], 11/1/19, Indigeni del Rio Branco-Uapichana, Maruxy [sic]. Para mais informações sobre Stradelli indicamos a compilação de suas obras, editada em língua portuguesa: STRADELLI, Ermanno. *Lendas e notas de viagens*. A Amazônia de Ermanno Stradelli, São Paulo: Martins Fontes, 2009.

⁴⁵ Ermanno Stradelli. Rio Branco. Note di viaggio. *Op. Cit.*, p. 263. SGI. “Os Macuxi formam a mais numerosa nação entre aquelas que vivem em contato com os brancos, os quais os utilizam para o transporte nos rios e como vaqueiros; aqueles das fazendas nacionais são quase todos dessa tribo. Têm suas malocas nos rios Branco, Tacutu, Uraricoera e Macajahy, estendendo-se até o Rupununi, e preferindo as pradarias, não distantes das pequenas serras, que surgem na planície”. Tradução dos autores.

⁴⁶ Ermanno Stradelli, Rio Branco. Note di viaggio. *Op. Cit.*, p. 264.

Macuxi, que lutaram mais bravamente pela sua liberdade, também perderam a batalha para o brasileiro conquistador, mas não aceitaram passivamente a escravização, deslocando-se para áreas mais remotas e de difícil alcance para esse processo forçado de colonização:

Tous ces Indiens du haut rio Branco, sauf ceux dits civilisés, sont aujourd'hui réfugiés au-dessus des cachoeiras. Je ne connais pas une seule exception à cette règle. Ils fuient les civilisés qui ne se font pas faute de les poursuivre dans leurs derniers retranchements, sans y réussir toujours.⁴⁷

É nesse contexto histórico do Rio Branco do final do século XIX e início do XX, entre o boom da extração da borracha amazônica ao sul e o incremento da criação do gado bovino por fazendeiros particulares ao norte, que um novo ciclo de recrutamento da mão de obra indígena ocorreu, em parte em regime disfarçado de semiescravidão. Durante o período colonial, as incursões das tropas portuguesas subindo o rio Uraricoera levaram a dezenas de conflitos armados com os diversos grupos indígenas ocupantes do território, estratégia criticada por Lobo D'Almada e que em grande medida dificultou o avanço da ocupação portuguesa e depois da brasileira. No período final do Império e depois, com a chegada da República, a continuidade da guerra de conquista não é mais dirigida pelas forças armadas oficiais, mas praticada pela frente de expansão agrícola, conduzida diretamente por esses empresários fazendeiros, novos coronéis regionais, com o uso de bandos armados, seus conhecidos jagunços.

O explorador alemão Theodor Koch-Grunberg, que esteve em São Marcos no ano de 1911, informa que “a tensão está visivelmente no auge” e sobressaía o nome de Bento Brasil, então liderança política de Boa Vista com apoio do governo em Manaus, como o principal algoz dos indígenas. Durante sua passagem pelas aldeias Macuxi na porção setentrional de São Marcos, ouviu diversos relatos reclamando da perseguição armada de homens a serviços dos fazendeiros e de rixas constantes nos acessos à região. Do chefe Pitá, irmão mais jovem do principal Ildefonso, ouviu “que agora Ildefonso se vendeu para Bento Brasil e procura arranjar-lhe trabalhadores para os seringais insalubres no Anauá; e, já que ninguém vai com ele de livre vontade, ameaça os índios dizendo que Bento virá com soldados e levará as pessoas à força”. De Manduca, indígena Yekuana de passagem por Roraima, ouviu “muita coisa sobre as outras tribos no oeste, especialmente sobre os bravos Schirischána, os Kirischaná ou Krischaná dos mapas, que parecem ser muito respeitados por todos os seus vizinhos”. Esse grupo indígena do alto Uraricoera nunca foi reduzido aos trabalhos forçados

⁴⁷ COUDREAU, Henri. *La France Equinoxiale*. Op. Cit., p. 401. “Todos os indígenas do alto Rio Branco, à exceção dos ditos civilizados, estão atualmente refugiados acima das cachoeiras. Eu não conheço uma única exceção a essa regra. Eles fogem aos civilizados que não se furtam de persegui-los nos limites mais distantes, nem sempre o conseguindo”. Tradução dos autores.

pelos brancos. Em outra circunstância, Koch-Grünberg ouviu, nessa mesma aldeia Macuxi, que o ataque a mulheres da aldeia praticado por um brasileiro chamado Pires fora vingado: "os Makuschí o espreitaram, cercaram-no – ele estava a cavalo – e atiraram uma flecha em sua barriga. Ele tentou escapar, mas os índios sempre o faziam voltar; por fim, eles o arrancaram do cavalo e o mataram a pancadas". Posteriormente, durante sua passagem pela ilha de Maracá, no rio Uraricoera, o etnógrafo presenciou um bando de vários homens armados a mando do coronel Bento Brasil invadindo uma aldeia em perseguição a indígenas vaqueiros que deserdaram de seu trabalho. Na mesma área, ouviu relatos de conflitos envolvendo indígenas e posseiros com o capitão Bessa, fazendeiro continuamente acusado de violências contra os rancheiros.⁴⁸

Com os fazendeiros avançando, também, sobre os territórios indígenas Macuxi, acabaram por reduzir significativamente as áreas por eles dominadas, os empurrando em direção às terras mais altas, próximas das serras e de mais difícil acesso, nas zonas de fronteira com a Venezuela, ao norte, onde o governo local ainda não havia fomentado uma política de ocupação da região, e com a Guiana Britânica, a nordeste, onde, apesar de não haver uma colonização econômica, a presença de missionários protestantes demandava uma troca comercial por mercadorias produzidas pelos indígenas locais.⁴⁹ No decorrer da década de 1910, com a chegada ao Rio Branco do SPI, seus funcionários mostravam-se muito alarmados com a depopulação e o êxodo indígena em direção às serras fronteiriças com a Guiana e Venezuela, creditando este fato diretamente à luta fundiária em curso. Isso se evidencia em diferentes relatórios emitidos pelo SPI da delegacia do Rio Branco nos anos de 1914, 1922 e 1923.⁵⁰ O primeiro inspetor no Rio Branco, João Augusto Zany, em relatório de 1914 sinaliza que “muitos índios, já civilizados, abandonaram o território brasileiro, sob ameaça ou violência, indo abrigar-se sob a proteção, aliás também pouco humana, do território inglês”.⁵¹ A indignação é expressa também por Ernesto Pereira Pinto, encarregado do posto indígena do Surumu, na Fazenda São Marcos, em relatórios de 1923 e 1924, e

⁴⁸ KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco*. Resultados de uma viagem no norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913. Vol 1. Descrição da viagem. São Paulo: Ed. Unesp, 2022, p. 43-44. E em mais de uma passagem envolvendo os Taulipang e os Macuxi, às p. 74-77 e 156-157

⁴⁹ VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 – 1980*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

⁵⁰ A análise feita pela antropóloga da FUNAI, Maria Elizabeth Monteiro, de diversos relatórios emitidos pelo SPI da delegacia do Rio Branco, indica uma recorrência nesse êxodo. Maria Elizabeth Bréa Monteiro, Fazenda São Marcos. *Op. Cit.*, p. 15-16.

⁵¹ SPI. Relatório do ajudante da Inspetoria do Amazonas e Acre, J. Augusto Zany, encaminhado ao inspetor Alipio Bandeira em 16/01/1914, *apud* ANDRELLLO, Geraldo. Rumo Norte: Migrações e profetismo Taurepáng no século XX. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRANDI, Reginaldo (org.). *Ciências Sociais Hoje 1993*. Caxambu: ANPOCS/Hucitec, 1993, p. 259.

inclusive pelo Marechal Rondon, durante a passagem da Comissão de Limites pela região, em 1927, que reclama do tratamento dado pelos nacionais aos povos indígenas:

Que diferença entre os ingleses da Guiana e os brasileiros da fronteira! Aqueles, procuram atrair para seu território todos os índios da região, estes, escorraçam seus patrícios, obrigando-os a expatriarem-se!... Coisa interessante: Esses índios têm a pécha de ladrões no Brasil e passam para a Guiana, onde são bem recebidos pelos ingleses, que os consideram homens de bem!⁵²

O trabalho indígena nas fazendas continuava sendo ainda essencial para a reprodução do ciclo capitalista da pecuária. Extraído inicialmente da mão de obra Wapichana, grupo culturalmente mais próximo aos brasileiros e habitantes das terras baixas do Uraricoera, já avançara em direção aos domínios do povo Macuxi, que fora quem historicamente ocupara o território da fazenda São Marcos desde finais do século XVIII. O povo guerreiro Macuxi, entretanto, não cedeu facilmente à domesticação de seu modo de vida. Embora também trabalhassem como vaqueiros nos rebanhos criados dentro da Fazenda São Marcos, e notoriamente serem conhecidos como os melhores cavaleiros da região, conseguiram preservar de modo mais consistente sua autonomia de vida, com uma organização social ainda bastante tradicional e viva nesse momento histórico da chegada das políticas federais mais protecionistas em relação aos povos originários. A resistência Macuxi à conquista, cultural e armada, no decorrer dos anos, mesmo que tímida face às violências sofridas, lhes garantiu um lugar mais privilegiado na ocupação territorial da área norte do atual Estado de Roraima, no Brasil, luta e presença que foi fundamental para que a Fazenda São Marcos se tornasse terra indígena demarcada após a Constituição federal de 1988.⁵³

Conclusão

A conquista da região do Rio Branco, atualmente o Estado de Roraima no Brasil, continua até o presente. Uma vasta região ocupada e protegida por diversos povos indígenas, notadamente podemos citar o caso dos índios isolados Yanomami (que corresponderiam em parte aos Uaiká do início do século passado), populações submetidas até o presente a recorrentes situações de conflito com garimpeiros, fazendeiros, e outros agentes econômicos

⁵² Comissão Rondon. Cândido Mariano Rondon, *Índios do Brasil*. Do norte do rio Amazonas. Vol III. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Ministério da Agricultura, p. 292. Museu do Índio. FUNAI. Acervo Bibliográfico disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_bibliografico&pagfis=2113

⁵³ Terra Indígena São Marcos. Para mais informações ver verbete no ISA, Instituto Socioambiental, disponível para consulta em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3799>

do velho “progresso”.⁵⁴ Neste breve artigo, procuramos mostrar os antecedentes desse histórico de “colonização”, iniciado no final do século XVIII, como frequentemente é chamado e percebido nos documentos oficiais e na maior parte da historiografia brasileira, nos discursos dos agentes políticos e econômicos do “progresso”, mas que aqui queremos deixar claro se tratar de fato de uma conquista territorial sobre as nações indígenas que historicamente ocuparam a região. Conquista porque os espaços ora sob domínio econômico da nação brasileira e de seus empreendedores, fazendeiros, mineradores, madeireiros, seringueiros, etc, os agentes da empresa capitalista em curso desde então, arrebatarem, ou tentaram arrebatar, as terras sob o controle das populações neles assentadas: Wapichana, Macuxi, Waimiri, Uaiká e outros grupos menores. Este processo não foi completo, pois há ainda grandes áreas sob o domínio dos povos originários devido à sua resistência à conquista. Seja através da prática efetiva da guerrilha no território ocupado, como o fizeram, principalmente, Uaiká, Waimiri (chamados de Crichaná) e Macuxi, seja por diferentes estratégias de acomodação política, no confronto entre Estados nacionais inimigos, como foi o caso do Brasil e o Reino Unido, ou nas negociações com setores do Estado nacional, o fato é que uma extensão considerável da área de fronteira nacional em Roraima, encontra-se atualmente sob domínio dos povos originários.

A Fazenda Nacional São Marcos, a terceira das áreas projetadas para a colonização no Rio Branco, remontando às investidas luso-brasileiras do final do século XVIII, é um espaço privilegiado para se analisar esse processo da expansão territorial brasileira, disfarçado de colonização para que não se admita que houve uma efetiva guerra de conquista. Tratou-se, neste artigo, de demarcar uma posição política necessária em defesa das populações originárias, apartando-nos de uma historiografia hegemônica, que mesmo na atualidade ainda apresenta uma enorme dificuldade de se despir de sua bandeira nacional. Evidenciar a agência das populações originárias no processo histórico através da transmissão e apropriação de seus saberes locais pelos agentes da conquista (a operação genealógica descrita por Foucault), e a resistência, armada ou não, empreendida por essas populações à conquista, é dever do historiador preocupado com uma história dos de baixo (*from below*), a História Social que dá nome à maior parte dos programas de pós-graduação no país. Se esse tipo de história encontra ampla produção na historiografia quando se trata das questões de classe, raça e gênero, que vem sendo trabalhadas historicamente nos

⁵⁴ Dentre esses agentes tradicionais também deve ser incluída parte do Exército Brasileiro, que sob os argumentos da defesa da soberania nacional vê com absoluta reserva a demarcação de territórios indígenas em áreas de limites de Estado. Assim, o território Yanomami, pela sua extensão e localização estratégica, é uma das áreas mais visadas a esse tipo de entendimento. Veja-se, por exemplo, a publicação feita pela Biblioteca do Exército de MENNA BARRETO, Carlos Alberto. *A Farsa Ianomâni*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

diferentes espaços da realidade brasileira, ela enfrenta muitos desafios em seu enunciado quando precisa lidar com populações que, mesmo vivendo dentro do Brasil, se reconhecem como grupos étnicos distintos e específicos, o que nos remete à discussão contemporânea da plurinacionalidade. E essa história, então, quando trata de populações em áreas de fronteiras políticas, onde o apelo ao nacionalismo e à cobiça do elemento estrangeiro pelo território brasileiro é recorrente na historiografia nacional, povos que lutaram, e lutam, contra sua domesticação e redução civilizatória para se tornarem súditos da pátria, essa história se torna ainda mais difícil de ser contada.

Procuramos aqui mostrar que, mesmo usando materiais históricos produzidos pelos agentes oficiais ou coloniais, sempre é possível escrever a história a contrapelo, vasculhar nas camadas escondidas dos documentos, nas entrelinhas dos discursos, as fontes que nos permitem recontar a história da resistência dos povos originários à sua conquista pelo Estado brasileiro e pelos interesses econômicos da empresa capitalista. São Marcos foi e é um desses espaços que nos permitem mostrar uma outra história, uma história plurinacional do país.

Recebido em 10 de julho de 2025
Aceito em 16 de março de 2026